

EVOLUÇÃO DO MERCADO FORMAL DE TRABALHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA ENTRE 2001 E 2013

Lauro Mattei¹

RESUMO

Este estudo analisa a evolução dos postos formais de trabalho no estado de Santa Catarina entre 2001 e 2013. Na última década do século XX observou-se a expansão do desemprego, da informalidade e das subcontratações e terceirizações, processo este que precarizou as relações de trabalho. Esse cenário se alterou fortemente no início do século atual, uma vez que o emprego formal cresceu a taxas muito superiores às da PEA ocupada, o que contribuiu para a redução da informalidade e das próprias formas de subcontratação que haviam se expandido na última década do século XX. Isto fez com que Santa Catarina se situasse dentre as unidades da federação com as maiores taxas de emprego formalizadas do país, o que contribuiu enormemente para a melhoria das relações trabalhistas, bem como da própria qualidade de vida dos trabalhadores que, em sua grande maioria, passaram a trabalhar com maior proteção social. Com isso, pode-se afirmar que claramente houve uma inversão de uma tendência na primeira década do século XXI, reversão esta exercida, em grande medida, pelo novo comportamento do mercado formal de trabalho no estado. Todavia, deve-se reconhecer que apesar dessas mudanças positivas, existem ainda alguns entraves para que Santa Catarina tenha um mercado de trabalho ainda melhor estruturado, destacando-se que o principal problema situa-se na manutenção da discriminação de gênero, especialmente em relação aos diferenciais de rendimento.

Palavras-chave: Santa Catarina; Mercado de trabalho; Postos Formais de Trabalho.

Área Temática: Demografia, espaço e mercado de trabalho

INTRODUÇÃO

As mudanças políticas e econômicas do final do século XX ocasionaram a reestruturação produtiva das empresas e das grandes corporações empresariais, levando à conformação de uma nova divisão internacional do trabalho. A ampliação da atuação das empresas transnacionais através do deslocamento de plantas industriais para países

¹ Professor do curso de Graduação em Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Administração, ambas do UFSC, e coordenador do NECAT-UFSC. Email: l.mattei@ufsc.br. Agradecimento especial a bolsista Lais Daltoé pela organização e elaboração das tabelas usadas neste artigo.

onde os custos são menores, por exemplo, trouxe alguns benefícios a esses países. Todavia, ainda que os governos deem subsídios a essas empresas, não se tem garantia de que elas permanecerão no país, pois podem existir outros países que ofereçam subsídios e mão-de-obra mais barata em condições melhores. Por outro lado, as transnacionais provocam uma concentração de renda ainda maior e uma redução na demanda interna dessas economias periféricas (CARDOSO, 2004).

É neste contexto que para Pochmann (2001), o conceito de Divisão Internacional do Trabalho assume relevância como expressão do grau de assimetria geográfica no uso e no rendimento da mão-de-obra em distintas fases históricas da evolução da economia capitalista mundial. A assimetria de distribuição geográfica do trabalho pode ser interpretada pela decisão de localização da empresa e pela mobilidade da mão-de-obra, fatores que segundo o autor são cruciais para explicar o processo contraditório entre países ricos e pobres (POCHMANN, 2001).

Entendendo a economia capitalista mundial como sendo uma relação estruturada entre centro e periferia, a divisão espacial do trabalho no mundo estaria atrelada a esta relação. O centro representa o poder, sendo o local onde as atividades de controle do excedente e a produção e difusão de novas tecnologias se desenvolvem. A periferia é subordinada às lógicas capitalistas do centro, tornando-se dependente da tecnologia, financiamento e crédito.

A diferença na distribuição espacial da divisão do trabalho configura o mundo atualmente. De um lado, encontram-se os países periféricos produzindo manufaturados com baixa tecnologia, mão-de-obra barata e flexível, uso elevado de matéria-prima e energia, sendo que em sua maioria as atividades são insalubres e poluidoras. De outro, localizam-se os países centrais onde se produz mercadorias de alto valor agregado, geralmente da área de informação, comunicação e de serviços de apoio à produção.

Segundo Cardoso (2004), são os trabalhadores dos países periféricos os que mais sofrem os efeitos desse processo, em função da globalização financeira, da liberalização comercial e da desregulamentação do mercado de trabalho. Com isso, nota-se que a nova divisão internacional do trabalho aumentou as desigualdades, tanto entre os países centrais e periféricos, quanto no interior dos próprios países periféricos. Essas mudanças estruturais que ocorreram na esfera global também tiveram seus reflexos no Brasil, uma vez que o processo de reestruturação produtiva brasileiro ocorreu à luz das transformações produtivas mundiais.

Este estudo tem como objetivo analisar a evolução do mercado formal de trabalho em Santa Catarina entre 2001 e 2013. Para tanto, além desta breve introdução, o artigo é composto por mais três seções. Na primeira delas são discutidas algumas das principais questões relativas ao mundo do trabalho no início do século XXI. A segunda seção apresenta o cenário do mercado de trabalho catarinense, com a ênfase recaindo sobre o comportamento e evolução dos postos formais de trabalho. Finalmente, na terceira seção são elencadas as principais conclusões do estudo, com destaque para as principais tendências do emprego formal em Santa Catarina.

1-O MUNDO DO TRABALHO NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

O final do século XX foi marcado por grandes transformações estruturais que causaram impactos no mundo do trabalho. A mudança do modo de produção, aliada a outros fatores como a terceira revolução tecnológica, a nova divisão internacional do trabalho, a desregulamentação dos mercados, a abertura comercial e a maior atuação das empresas transnacionais, levaram a um processo de reestruturação produtiva, seguindo o receituário neoliberal que visava reduzir os custos e aumentar a produtividade do trabalho.

A década de 1980 foi marcada por profundas transformações no mercado de trabalho e no modo como este se inseriu na estrutura produtiva. A mudança da produção em massa fordista para a produção flexibilizada e especializada do modelo japonês, transformou as formas de organização e gestão da produção. O novo modelo utiliza as inovações tecnológicas que otimizam o tempo e reduzem a participação da mão de obra visando à produção com estoques controlados e a especialização de empresas em partes que integram o processo de montagem. Coutinho (1992) atribui o surgimento deste novo paradigma industrial às novas tecnologias de automação flexível, articuladas por processos de engenharia que reestruturaram profundamente as indústrias de bens de capital e serviços.

O novo modelo de produção tem um padrão de acumulação flexível que causa rápidas transformações nos padrões produtivos, tanto setoriais como também entre as regiões geográficas. Para Harvey (1992), esse movimento cria uma grande mudança do emprego no setor de serviços. Do ponto de vista do trabalhador, nessa fase de mudança do modo de produção, a principal alteração é que para garantir melhor qualidade e o melhor tempo, o trabalhador quebra com a estrutura uma máquina/um trabalhador e

passa a operar várias máquinas ao mesmo tempo, havendo uma flexibilização da produção (ANTUNES, 1997).

A reestruturação industrial, a produção em pequena escala de vários modelos de produto e o aumento da intensificação do trabalho são as principais características dessa nova etapa. Esse processo impactou de forma negativa o mercado de trabalho, uma vez que o “avanço da desregulamentação do mercado, a flexibilização dos contratos de trabalho e das legislações social e trabalhista, a queda nas taxas de sindicalização e no número de greves revelam o maior grau de autonomia das empresas” (POCHMANN, 2002, pág. 34).

Neste contexto, os programas de reformas macroeconômicas implementados pelos países periféricos por orientação das agências multilaterais, como o FMI e o BIRD, contribuíram no sentido de rebaixar ainda mais os custos do trabalho através de uma série de medidas: contratos de trabalho temporário; contratos com encargos sociais reduzidos; flexibilização da jornada de trabalho (CARDOSO, 2004).

Devido ao forte incentivo à industrialização, entre os anos de 1950 a 1980, o Brasil viveu o período de ouro do capitalismo, com grande crescimento da produção. Todavia, a partir de 1980 a economia brasileira perde seu dinamismo e entrou em crise. Segundo Mattei (2012), a crise da economia abriu caminho para a implementação, no início da década seguinte, do modelo neoliberal no Brasil.

As políticas econômicas influenciadas por este modelo estimulavam a desregulamentação dos mercados, a abertura comercial e a privatização das empresas estatais. Como consequência, observa-se que durante a década de 1990 ocorreram mudanças na legislação trabalhista, enfraquecimento dos sindicatos, expansão do desemprego e ampliação das ocupações informais.

No final da década de 1990 o desemprego, causado por essas medidas de cunho neoliberal, não se reduziu. Ao contrário, em todo o período a geração de emprego não acompanhou o crescimento do PIB do país. Segundo Cardoso (2004), a abertura econômica indiscriminada e a distribuição internacional do trabalho na economia mundial explicam muito desse comportamento adverso.

Especificamente em relação ao mundo do trabalho, a partir de 1995 foram adotadas medidas legais que desregulamentaram e flexibilizaram a legislação trabalhista. Alguns autores afirmam que essa precarização das relações de trabalho se deu em período de crescimento da taxa de desemprego e que, portanto, o que houve na realidade foi uma retirada de direitos dos trabalhadores.

Após o final da década de 1990, as tendências da ocupação que predominaram neste período foram invertidas. A taxa de desemprego parou de aumentar e começou inclusive a diminuir gradativamente, observando-se que os empregos informais pararam de crescer para dar espaço a um processo de formalização dos postos de trabalho que vem crescendo com certa intensidade (BALTAR, 2010; CEPAL, 2008).

No Governo Lula (2003-2010), estes resultados se intensificaram devido às prioridades dadas no campo social, com a reestruturação das políticas de emprego e da ampliação dos programas sociais destinados ao combate da pobreza, tais como Fome Zero e Bolsa Família (PRONI; ROCHA, 2010).

Segundo Pochmann (2011), a partir dos anos 2003 o Brasil evitou o aprofundamento do grau de desestruturação do mercado de trabalho. Contribuíram para isso, a implementação de algumas políticas, como a lei geral da micro e pequena empresa e a lei do empreendedor individual, permitindo que houvesse uma crescente expansão da formalização do mercado de trabalho. Essa expansão dos empregos formais tem refletido a retomada contínua do crescimento econômico pelo mercado interno.

Apesar desses avanços, ainda há muito que se melhorar no que se refere às relações de trabalho no país, pois essas relações, segundo Pochmann (2011, p. 131), “ainda não estão adequadas à nova fase de dinamismo do trabalho no setor terciário”, onde as empresas, na busca incessante pelo lucro e redução de custos, terceirizam alguns serviços nos quais não são eficientes.

2 - EVOLUÇÃO DO MERCADO FORMAL DE TRABALHO EM SANTA CATARINA

2.1 – Aspectos gerais do mercado de trabalho catarinense

O estado de Santa Catarina, mesmo com suas especificidades históricas, também sofreu também os efeitos da dinâmica econômica nacional, tendo em vista que alterações da política econômica refletem sobre a estrutura produtiva e o mercado de trabalho estadual. Desta forma, nota-se que a economia catarinense teve seu desempenho fortemente condicionado pelo movimento da economia nacional, que sofreu interferências dos diversos planos de estabilização econômica e da abertura comercial iniciada em 1990.

As mudanças estruturais na economia catarinense ocorreram dentro do contexto geral do país. A estrutura produtiva catarinense sofreu desde os anos de 1960 um processo de modernização e integração regional, que proporcionou um aumento da participação industrial na economia catarinense. Os setores econômicos seguiram a lógica nacional de acumulação capitalista, com uma estrutura agrário-exportadora forte e uma indústria caracterizada pela diversidade setorial e homogeneidade de atividades nas diferentes regiões do Estado.

Contudo, a abertura comercial e as políticas adotadas no país a partir de 1990 provocaram fortes ajustes econômicos que obrigaram as empresas catarinenses a repensar os rumos de suas atividades. Com o aumento da competitividade externa muitas empresas fecharam ou tiveram suas atividades reduzidas fazendo cair assim o quadro de empregados no setor. Aos que mantiveram seus empregos foi imposto uma intensificação do trabalho e observou-se ainda um aprofundamento das subcontratações.

De acordo com Lins e Mattei (2001), a tendência do emprego em Santa Catarina é semelhante à do Brasil, porém com a existência de um mercado de trabalho com grande parte de seus postos de trabalho formalizados. Santa Catarina se sobressai como um dos estados com maior índice de trabalhadores com carteira assinada.

A tabela 1 apresenta as informações agregadas do estado entre 2001 e 2011. Desde o início da primeira década do século XXI Santa Catarina encontra-se numa situação melhor do que a maioria das unidades da federação no que se refere ao mercado de trabalho geral, pois 65% da sua população em idade ativa (PIA) são pessoas economicamente ativas (PEA), ou seja, pessoas que estão trabalhando ou estão à procura de emprego. Este percentual situa-se ligeiramente acima da média para o Brasil, que em 2001 era de 61%.

Em relação ao nível de ocupação, em 2001 Santa Catarina contava com 96% da PEA ocupada, o que em termos absolutos correspondia a 2.861 mil pessoas ocupadas. Em 2011 essa proporção teve um aumento de 0,7 pontos percentuais, com 3.385 mil de ocupados. Já no Brasil o percentual da PEA ocupada passou de 91%, em 2001, para 93%, em 2011. A PEA ocupada catarinense cresceu a uma taxa média de 1,9% ao ano no período considerado, enquanto que no conjunto do país este quesito aumentou a um ritmo mais elevado, ou seja, 2,2% ao ano. Os desocupados, em contrapartida, perderam participação relativa na PEA catarinense de 4,2%, em 2001, para 3,5%, em 2011. Isso significou que a taxa de desemprego aberto apresentou uma queda de 0,7 pontos percentuais entre 2001 e 2011.

No Brasil a perda de participação relativa dos desocupados sobre a PEA foi mais intensa, uma vez que os desocupados tiveram ao longo dos dez anos considerados uma queda substancial de 2,6 pontos percentuais, chegando a representar, em 2011, 6,7% da PEA brasileira.

Tabela 1: Evolução da PIA, PNEA, PEA e da condição de ocupação (mil pessoas). Brasil e SC, 2001 a 2011.

	ANO	2001	%	2011	%	2001-2011
Brasil	PIA	138.852	100,0%	166.987	100,0%	1,9%
	PNEA	54.886	39,5%	66.764	40,0%	1,9%
	PEA	83.949	60,5%	100.223	60,0%	1,9%
	PEA	83.949	100,0%	100.223	100,0%	1,9%
	Ocupada	76.102	90,7%	93.493	93,3%	2,2%
	desocupada	7.848	9,3%	6.730	6,7%	-1,4%
Santa Catarina	PIA	4.627	100,0%	5.609	100,0%	2,0%
	PNEA	1.641	35,5%	2.100	37,4%	2,3%
	PEA	2.985	64,5%	3.509	62,6%	1,9%
	PEA	2.985	100,0%	3.509	100,0%	1,9%
	Ocupada	2.861	95,8%	3.385	96,5%	1,9%
	desocupada	125	4,2%	124	3,5%	0,9%

Fonte: IBGE/PNAD.

A tabela 2 apresenta a posição na ocupação no trabalho principal. Inicialmente destaca-se que a categoria dos empregados respondia por 65% da PEA catarinense no ano de 2011. Em termos absolutos houve a incorporação de 692 mil novos empregados no mercado de trabalho catarinense entre os anos de 2001 e 2011.

Os empregados e os empregadores tiveram as maiores taxas de crescimento anuais, de 3,8% e 1,6%, respectivamente. Isso pode indicar uma maior estruturação do mercado de trabalho catarinense e uma melhora na própria estrutura econômica. “A primeira podendo refletir o crescimento da demanda por trabalhadores com vínculos mais estáveis e a segunda pode estar relacionada com uma melhora geral na vida econômica, com aumento do consumo, maior disponibilidade de créditos, etc, fatos que estimulam a abertura de novos negócios” (MATTEI et al, 2012:8).

Os trabalhadores domésticos e os trabalhadores por conta própria cresceram a taxas pequenas, da ordem de 0,4% e 0,8% ao ano, respectivamente. É interessante destacar que os trabalhadores por conta própria respondiam por 19% da PEA catarinense em 2001, caindo para 18%, em 2011. Mesmo assim continuam sendo a segunda maior categoria na ocupação no trabalho principal.

Outro indicativo de uma maior estruturação do mercado de trabalho em Santa Catarina é que as categorias menos estruturadas obtiveram taxas de crescimento negativas. A categoria que teve a maior taxa de crescimento negativo foi a dos trabalhadores não remunerados com uma taxa de 7,7% ao ano. Mesmo assim, essa categoria ainda representa uma proporção considerável da PEA catarinense. Proni (2011) afirma que a maioria desses trabalhadores não remunerados é ocupada em atividades agrícolas no Brasil. Isso também corresponde ao estado de Santa Catarina.

Tabela 2: Evolução da População Economicamente Ativa, da condição de ocupação e da posição na ocupação no trabalho principal. SC, 2001 e 2011.

ANO	2001	% da PEA	2011	% da PEA	% aa
PEA	2.985	100,0%	3.509	100,0%	1,9%
Ocupada	2.861	95,8%	3.385	96,5%	1,9%
Desocupada	125	4,2%	124	3,5%	0,9%
Empregados	1.587	53,2%	2.279	64,9%	3,8%
Trabalhadores domésticos	159	5,3%	162	4,6%	0,4%
Conta própria	564	18,9%	628	17,9%	0,8%
Empregadores	172	5,8%	164	4,7%	1,6%
Trabalhadores na construção para o próprio uso	2	0,1%	2	0,1%	-3,1%
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	94	3,1%	42	1,2%	-5,5%
Não remunerados	283	9,5%	108	3,1%	-7,7%

Fonte: IBGE/PNAD.

Os trabalhadores na construção para próprio uso obtiveram uma taxa de crescimento negativa da ordem de 3,1% ao ano. Todavia, essa categoria representa uma parcela muito pequena da PEA catarinense. Os trabalhadores na produção para o próprio consumo, que em 2001 representavam 3,1% da PEA catarinense, reduziram sua participação chegando a representar apenas 1,2% do total no ano de 2011.

2.2 – O comportamento do mercado formal de trabalho catarinense entre 2001 e 2013

A partir da recuperação das atividades econômicas no país após 2003, os reflexos sobre a economia catarinense foram sentidos imediatamente, sendo que um dos resultados mais visíveis foi a recuperação e expansão das relações de trabalho formalizadas. Com isso, o estado catarinense voltou a se situar entre as unidades de federação que possuem os maiores percentuais de emprego formal. A estrutura

produtiva diversificada, a expressiva produção industrial ainda presente no sistema econômico e a expansão do setor terciário, transformaram o estado de Santa Catarina numa das mais importantes unidades da federação, em termos de formalização das relações de trabalho. Com isso, nota-se que o número absoluto de empregos formais no estado vem, inclusive, superando o percentual do país, com evolução crescente do total de empregados com carteira assinada.

A tabela 3 apresenta o número absoluto dos empregos formais no estado no início do século XXI. Nota-se inicialmente que entre 2001 e 2013 os postos formais de trabalho cresceram a uma taxa média de 5,47% ao ano. Com isso, o total de empregos formais do estado aumentou de 1.155.712, em 2001, para 2.210.927, em 2013, significando um aumento absoluto de 1.005.215 PFT no período considerado.

Tabela 3: Distribuição dos Postos Formais de Trabalho em Santa Catarina entre 2001 e 2013

Ano	Total
2001	1.155.712
2002	1.235.612
2003	1.292.407
2004	1.406.247
2005	1.486.969
2006	1.598.454
2007	1.697.800
2008	1.777.604
2009	1.838.334
2010	1.969.654
2011	2.061.577
2012	2.103.002
2013	2.210.927
Taxa %a.a.	5,47%

Fonte: RAIS; Elaboração NECAT

Comparativamente à última década do século anterior, observa-se que a geração de postos formais de trabalho entre 2001 e 2013 foi praticamente dez vezes superior, ou seja, para cada mil empregos formais criado nos anos de 1990 foram criados dez mil empregos no período analisado.

A tabela 4 apresenta a distribuição dos PFT de trabalho segundo o gênero entre os anos de 2001 e 2013. Observa-se que a tendência de maior presença das mulheres no mercado formal de trabalho se manteve, uma vez que a taxa de crescimento da

participação das mulheres foi de 6,81% ao ano ao longo do período considerado, enquanto que a taxa dos homens foi de apenas 4,52%. Isso implicou em um maior equilíbrio de gênero no acesso aos postos de trabalho.

Tabela 4: Distribuição dos PFT segundo o gênero em Santa Catarina entre 2001 e 2013

Ano	Masculino	Feminino	Total
2001	713.211	442.501	1.155.712
2002	753.049	482.563	1.235.612
2003	779.395	513.012	1.292.407
2004	840.104	566.143	1.406.247
2005	879.828	607.141	1.486.969
2006	932.252	666.202	1.598.454
2007	980.074	717.726	1.697.800
2008	1.014.518	763.086	1.777.604
2009	1.042.014	796.320	1.838.334
2010	1.107.594	862.060	1.969.654
2011	1.154.703	906.874	2.061.577
2012	1.165.431	937.571	2.103.002
2013	1.218.339	992.588	2.210.927
Taxa % a.a.	4,52%	6,81%	5,47%

Fonte: RAIS; Elaboração NECAT

A tabela 5 apresenta a evolução absoluta por gênero, considerando-se apenas o ano inicial e ano final da série histórica considerada. Em 2001, cerca de 62% dos postos formais do estado eram ocupados pelos homens e apenas 38% pelas mulheres. Depois mais de uma década essa distribuição percentual ficou mais equitativa, sendo que as mulheres passaram a participar mais do mercado de trabalho e a ocupar os postos de trabalho mais protegidos. Com isso, em 2013 esses percentuais ficaram em 55% e 45%, respectivamente.

Tabela 5: PFT em SC por gênero entre 2001 e 2013

Gênero	2001	%	2013	%	Tx.cresc a.a
Masculino	713.211	62%	1.218.339	55%	4,46%
Feminino	442.501	38%	992.588	45%	6,73%
Total	1.155.712	100%	2.210.927	100%	5,41%

Fonte: MTE/RAIS.

Assim, mesmo que os homens ainda predominem no mercado formal de trabalho em Santa Catarina, as mulheres ampliaram expressivamente sua participação nos

últimos anos, o que indica uma tendência de maior presença das mulheres no conjunto do mercado de trabalho catarinense.

A tabela 6 apresenta a distribuição dos postos formais de trabalho pelos setores de atividade econômica entre 2001 e 2013. Registre-se, inicialmente, que todos esses setores aumentaram, em termos absolutos, os empregos formais gerados, invertendo uma tendência da década anterior quando diversos setores reduziram seus níveis de emprego. Mas ao mesmo tempo, alguns desses setores perderam participação relativa no agregado total do estado, apesar da tendência de crescimento em termos absolutos em todos os setores.

Tabela 6: Distribuição dos PFT segundo Setores de atividade econômica de Santa Catarina entre 2001 a 2013

Ano	Extrativa Mineral	Indústria de Transf.	Serviços Ind. U Pub.	Construção Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropec.	Total
2001	5.375	390.330	13.452	41.836	197.839	306.550	166.178	34.152	1.155.712
2002	5.233	416.582	13.570	42.779	214.045	327.065	180.233	36.105	1.235.612
2003	5.432	428.723	13.840	40.874	231.860	344.944	185.844	39.937	1.292.407
2004	6.501	478.002	14.022	43.943	258.554	368.722	192.229	44.274	1.406.247
2005	6.773	493.294	14.435	49.907	283.871	397.886	196.292	44.511	1.486.969
2006	6.299	531.464	12.302	52.822	298.070	432.335	222.588	42.574	1.598.454
2007	6.697	569.590	17.449	63.005	322.586	443.208	232.401	42.864	1.697.800
2008	7.711	581.610	17.453	75.901	344.885	481.475	225.767	42.802	1.777.604
2009	7.071	585.833	17.405	76.162	365.990	516.247	225.372	44.254	1.838.334
2010	7.377	630.596	17.322	89.045	395.888	554.063	232.258	43.105	1.969.654
2011	7.607	644.455	18.796	98.124	415.977	592.052	240.811	43.755	2.061.577
2012	8.125	641.212	19.089	98.979	427.408	625.134	241.421	41.634	2.103.002
2013	8.654	680.223	19.040	103.479	443.977	658.196	254.098	43.260	2.210.927
Taxa % a.a	3,89%	4,61%	3,50%	9,04%	6,91%	6,50%	3,24%	1,32%	5,47%

Fonte: RAIS; Elaboração NECAT

De um modo geral, observa-se uma grande construção dos empregos no setor industrial (indústria da transformação, da construção civil e de serviços de utilidade pública) e nas áreas de comércio e serviços, com ênfase no expressivo crescimento do setor comercial. Também merece registro as expressivas taxas de crescimento do emprego formal no setor da construção civil ao longo do período considerado.

A tabela 7 mostra a evolução da participação percentual de cada setor específico do agregado catarinense no período considerado. O setor de extração mineral cresceu a uma taxa média de 3,97% ao ano, passando de 5.375 mil postos formais de trabalho, em 2001, para 8.654 PFT, em 2011. Mesmo assim, este setor reduziu sua participação no total de 0,47%, em 2001, para 0,39%, em 2013. Isso significa que este setor não

recuperou mais seu espaço que era ocupado antes do processo de reestruturação produtiva dos anos de 1990.

O setor da indústria de transformação, apesar de ter incorporado mais de 289 mil novos postos de trabalho formais no período e ter uma taxa de crescimento médio de 4,63% ao ano, também perdeu participação relativa no estado entre os anos de 2001 a 2013. Isto representou uma perda de 3 pontos percentuais, uma vez que em 2011 o setor respondia por 33,8% dos postos formais do estado. Mesmo assim, este setor continuou sendo responsável pelo maior percentual dos empregos formais do estado.

O setor de serviços industriais de utilidade pública cresceu a uma taxa média de 2,90% ao ano no período considerado. Em termos absolutos, o aumento entre 2001 e 2011 foi de 5.588 postos formais. Todavia, a participação relativa reduziu de 1,16%, em 2001, para 0,86%, em 2013.

A construção civil, outro importante setor da economia catarinense na presente década, apresentou a maior taxa de crescimento dentre todos os setores, com percentual de 7,55% ao ano. Com isso, foram gerados 61.643 novos posto de trabalho entre 2001 e 2013. Isto fez com que a participação relativa do setor aumentasse de 3,62%, em 2001, para 4,68%, em 2013. Em grande medida, este comportamento deve-se aos programas de incentivo do governo federal, em especial do programa Minha Casa Minha Vida.

Tabela 7: Distribuição da taxa de participação dos PFT, segundo os setores de atividade em Santa Catarina entre 2001 e 2013.

ANO	2001	%	2013	%	Tx. % a.a
EXTR MINERAL	5.375	0,47%	8.654	0,39%	3,97%
IND TRANSF	390.330	33,8%	680.223	30,8%	4,63%
SERV IND UP	13.452	1,16%	19.040	0,86%	2,90%
CONSTR CIVIL	41.836	3,62%	103.479	4,68%	7,55%
COMERCIO	197.839	17,1%	443.977	20,1%	6,74%
SERVICOS	306.550	26,5%	658.196	29,8%	6,37%
ADM PUBLICA	166.178	14,4%	254.098	11,5%	3,54%
AGROPECUARIA	34.152	2,96%	43.260	1,96%	1,97%
TOTAL	1.155.712	100,0%	2.210.927	100,0%	5,41%

Fonte: MTE/RAIS.

O comércio foi o segundo setor com os maiores percentuais de crescimento, apresentando taxas de crescimento da ordem de 6,74% ao ano ao longo de todo o período considerado. Em termos absolutos, este setor gerou mais de 246 mil novos

postos formais de trabalho entre 2001 e 2013. Com isso, a participação relativa do setor no total dos PFT passou de 17,1% para 20,1% do início ao final do período analisado.

O setor de serviços seguiu uma tendência muito parecida daquela verificada para o setor do comércio, ficando com o terceiro maior percentual de crescimento e apresentando taxas da ordem de 6,37% ao ano ao longo de todo o período considerado. Em termos absolutos, este setor gerou 351.646 novos postos formais de trabalho entre 2001 e 2013. Com isso, a participação relativa do setor no total dos PFT do estado passou de 26,5 % para 29,8% do início ao final do período analisado.

A administração pública teve um percentual de crescimento bem mais modesto, com taxas da ordem de 3,54% ao ano em todo período considerado. Em termos absolutos, isso significou a incorporação de apenas 87.920 novos empregos formais entre 2001 e 2013. Com isso, a participação relativa do setor no total dos PFT do estado caiu de 14,4%, no primeiro ano da série, para 11,5%, no último ano considerado.

Finalmente, o setor da agropecuária teve um percentual de crescimento bem baixo, apresentando taxas de crescimento da ordem de 1,97% ao ano em todo período considerado. Em termos absolutos, isso significou a incorporação de apenas 12.108 novos empregos formais entre 2001 e 2013. Com isso, a participação relativa do setor no total dos PFT do estado caiu de 2,95%, no primeiro ano da série, para 2,12%, último ano considerado. Registre-se que este movimento é característico de um setor cujas relações de trabalho continuam sendo amplamente informais.

A tabela 8 apresenta a distribuição dos PFT segundo o grau de escolaridade. Inicialmente observa-se a elevada taxa de crescimento do quesito “ensino médio completo”, significando um maior grau de qualificação da mão de obra contratada. Muito semelhante foi o comportamento do quesito “superior completo”, que apresentou a segunda maior taxa de crescimento ao longo do período considerado. Se a estes agregarmos os quesitos “ensino médio incompleto” e “superior incompleto”, verificamos que durante o período considerado houve uma migração dos PFT dos níveis de escolaridade inferiores em direção a uma maior qualificação da mão-de-obra.

Tabela 8: Distribuição dos PFT segundo Escolaridade em Santa Catarina entre 2001 e 2013

Ano	Analfabeto	Fundamental incompleto	Fundamental completo	Médio incompleto	Médio completo	Superior incompleto	Superior completo	Total
2001	9.338	357.786	261.566	116.541	256.202	42.810	111.469	1.155.712
2002	8.824	354.137	274.475	127.409	297.392	48.174	125.201	1.235.612
2003	5.655	342.023	279.861	133.767	335.963	51.318	143.820	1.292.407
2004	5.234	346.167	295.146	146.571	397.224	59.518	156.387	1.406.247
2005	5.110	338.174	303.488	150.868	453.679	65.647	170.003	1.486.969
2006	5.149	332.964	309.732	156.438	516.576	72.237	205.358	1.598.454
2007	5.838	331.577	313.124	162.718	569.829	77.342	237.372	1.697.800
2008	6.242	321.617	316.221	166.946	626.792	82.683	257.103	1.777.604
2009	6.690	306.027	313.870	168.990	691.975	87.022	263.760	1.838.334
2010	6.223	309.348	322.121	178.927	773.082	91.074	288.879	1.969.654
2011	5.816	305.815	322.634	182.543	838.903	95.570	310.296	2.061.577
2012	5.653	287.284	315.832	182.551	884.957	97.968	328.757	2.103.002
2013	6.860	287.884	314.864	186.671	949.649	101.080	363.919	2.210.927
Taxa % a.a.	-1,49%	-1,85%	1,50%	3,71%	10,99%	7,23%	9,86%	5,47%

Fonte: RAIS; Elaboração NECAT

Em termos da evolução da participação de cada quesito de escolaridade no conjunto dos PFT, observaram importantes mudanças ao longo do período analisado. A faixa “analfabeta” reduziu sua participação de 0,81%, em 2001, para 0,31%, em 2013, significando que praticamente não existem mais trabalhadores analfabetos no mercado formal de trabalho catarinense. Em termos absolutos esse quesito participa com menos de 7 mil trabalhadores.

Outra mudança significativa foi a redução da participação, tanto da faixa “fundamental incompleto” como da faixa “fundamental completo”. No primeiro caso houve uma redução de 31,0%, em 2001, para 13,0%, em 2013, já no segundo caso os percentuais foram de 22,6% e 14,2%, respectivamente. Isso fez com que a participação dos trabalhadores da faixa de ensino fundamental (incompleto e completo) se reduzisse para aproximadamente 27% do total no ano de 2013. Este fato representa uma importante mudança na qualificação da mão-de-obra do mercado formal de trabalho no estado de Santa Catarina.

A faixa de ensino médio (incompleto e completo) passou a ser o grande vetor de absorção da mão de obra formal no estado de Santa Catarina. Isto porque, além de concentrar mais de 51% do total dos PFT, apresentou a maior taxa de crescimento em

todo o período considerado. Todavia, deve-se registrar que há uma diferença entre os dois quesitos dessa faixa de escolaridade. Por um lado, nota-se que a faixa de “ensino médio incompleto” apresentou baixas taxas de crescimento, o que ocasionou uma redução de sua participação no agregado estadual. Em termos absolutos, houve a incorporação de apenas 70 mil trabalhadores ao longo de todo período considerado. Por outro, a faixa “ensino médio completo”, além de apresentar elevadas taxas de crescimento, praticamente dobrou sua participação no conjunto dos PFT do estado. Em termos absolutos, isso significou a incorporação de 693.447 trabalhadores desta faixa ao longo do período analisado, levando a uma concentração dessa faixa no total estadual no ano de 2013.

Finalmente, a faixa de ensino superior (incompleta e completa) também apresentou mudanças positivas. Tanto o quesito “superior incompleto” como o quesito “superior completo” tiveram uma evolução positiva, sendo bem mais a taxa de crescimento do último. Em termos absolutos, nota-se que na faixa “superior incompleto” foram incorporados apenas 58.270 trabalhadores durante a série considerada, enquanto que na faixa “superior completo”, mais de 252 mil trabalhadores passaram a fazer parte do mercado formal de trabalho catarinense.

O conjunto dessas informações relativas à escolaridade revela que houve uma expressiva qualificação da mão-de-obra formal ao longo do período considerado. Isso pode estar indicando uma melhoria na qualificação do conjunto do mercado de trabalho no estado de Santa Catarina, dado os efeitos irradiadores desse processo sobre o comportamento dos agentes econômicos.

A tabela 9 apresenta a distribuição dos PFT entre 2001 e 2013, segundo as faixas de remuneração. Inicialmente observamos que as menores faixas salariais foram aquelas que apresentaram os maiores percentuais de crescimento, destacando-se a taxa 8,28% ao ano para os postos formais de trabalho com remuneração de até 1 salário mensal. Com isso, esta faixa salarial aumentou sua participação relativa no período considerado de 2,5% para 3,62%, respectivamente.

Mas, sem dúvida, foi na faixa salarial entre 1 a 3 salários mínimos que ocorreram as maiores alterações. Com uma taxa de crescimento anual da ordem de 5,92%, observa-se que ocorreu um aumento absoluto de 726.283 PFT nesta faixa no período considerado. Com isso, a participação relativa dessa faixa salarial no total dos PFT do estado passou de 60,7%, em 2001, para 64,6%, em 2013. Se a esta faixa salarial

agregarmos os PFT com remuneração de até 1 salário mínimo, verificamos que aproximadamente 70% dos postos formais de trabalho em Santa Catarina se localizam na faixa salarial de até 3 salários mínimos mensais.

Tabela 9: Distribuição dos PFT por faixa de remuneração entre 2001 e 2013

REMUNERAÇÃO	2001	%	2013	%	Tx. % a.a
ATÉ 1 SM	29.608	2,56	79.978	3,62	8,28%
DE 1 A 3	701.841	60,7	1.428.124	64,6	5,92%
DE 3 A 5	224.543	19,4	331.956	15,0	3,26%
DE 5 A 10	132.087	11,4	179.194	8,1	2,54%
MAIS DE 10	65.573	5,67	70.872	3,21	0,65%
IGNORADO	2.060	0,18	120.803	5,46	33,96%
TOTAL	1.155.712	100,0	2.061.577	100,0	5,8%

Fonte: MTE/RAIS.

Em todas as demais faixas salariais observa-se redução da participação percentual no agregado geral, chamando a atenção a importante redução da participação relativa da faixa de 3 a 5 salários mensais, mesmo que em termos absolutos o número de trabalhadores nesta faixa tenha aumentado. Além disso, merece registro, ainda, o comportamento da faixa de 5 a 10 salários mínimos mensais, especialmente em função da redução da participação relativa e do baixo número absoluto de trabalhadores contratados nesta faixa de rendimento.

Estas informações revelam que, paralelamente ao aumento dos postos formais de trabalho, indicando uma maior estruturação do mercado de trabalho catarinense, ocorreu uma concentração desses PFT nas menores faixas salariais, fato que pode estar indicando uma tendência de precarização deste tipo de emprego e, conseqüente, do conjunto do mercado de trabalho catarinense.

A tabela 10 apresenta a participação relativa e absoluta dos postos formais de trabalho de cada mesorregião no conjunto do estado entre 2001 e 2013. Inicialmente nota-se que, comparativamente à taxa de crescimento estadual dos PFT, três mesorregiões (Vale do Itajaí, Grande Florianópolis e Oeste) apresentaram taxas superiores ao parâmetro estadual, enquanto outras três (Norte, Sul e Serrana) tiveram desempenho inferior. Neste aspecto, merece destaque a mesorregião da Grande Florianópolis, que apresentou a maior taxa de crescimento.

A mesorregião do Vale do Itajaí também apresentou taxa de crescimento bastante expressiva (5,63%). Em grande medida, pode-se dizer que, depois e ter sofridos os fortes impactos da reestruturação produtiva na década de 1990, tal região se

recuperou economicamente e passou a dominar o processo de geração de postos formais de trabalho no estado catarinense, tanto em termos absoluto como relativo.

Tabela 10: Distribuição dos PFT por faixa de remuneração entre 2001 e 2013

MESORREGIÕES	2001	%	2013	%	Tx. % a.a
OESTE	189.890	16,43	368.613	16,67	5,53%
NORTE	230.314	19,93	420.924	19,04	5,03%
SERRANA	59.222	5,12	96.709	4,37	4,09%
VALE DO ITAJAÍ	288.482	24,96	567.120	25,65	5,63%
GRANDE FPOLIS	241.749	20,92	481.351	21,77	5,74%
SUL	146.055	12,64	276.210	12,49	5,31%
TOTAL	1.155.712	100,0	2.210.927	100,0	5,41%

Fonte: MTE/RAIS.

Se a essas duas regiões (Vale do Itajaí e Grande Florianópolis) agregarmos os dados absolutos da mesorregião Norte, chegamos ao total de 1.469.395 PFT. Em termos percentuais, significa que nestas três mesorregiões estão localizados aproximadamente 67% de todos os PFT do estado de Santa Catarina.

Em sentido oposto, nota-se que a mesorregião Serrana apresentou a menor taxa de crescimento ao longo do período considerado, demonstrando que aquele espaço geográfico ainda pode estar sofrendo os efeitos de um processo de reestruturação econômica, os quais se explicitam na baixa participação da mesma no conjunto do emprego formal do estado. Com isso, no período entre 2001 e 2013 foram gerados apenas 37 mil PFT.

Essas distintas realidades fizeram com a participação relativa de cada uma dessas mesorregiões no agregado estadual apresentasse comportamento bem diferente. Com isso, nota-se que três mesorregiões (Vale do Itajaí, Grande Florianópolis e Oeste) apresentaram aumento, mesmo que modesto, na participação sobre o total estadual. Já as outras três mesorregiões (Norte, Sul e Serrana) apresentaram reduções, ainda que modestas, da participação relativa no conjunto dos PFT do estado, mesmo que no caso da mesorregião Norte o percentual de participação continue próximo a 20% do total estadual.

Este conjunto de informações revela que o processo de recuperação da geração de postos formais no estado de Santa Catarina na última década conformou um padrão desigual entre as mesorregiões. Por um lado, observa-se que naqueles locais onde a reestruturação produtiva da década anterior foi mais expressiva, como são os casos da mesorregião do Vale do Itajaí e do Sul catarinense, as respostas foram distintas. Enquanto que a primeira mesorregião se recuperou e voltou a liderar a expansão dos

PFT, a segunda apresentou uma ligeira queda em sua participação relativa, revelando que o processo de ajuste no mercado de trabalho desta localidade pode ter sido mais complexo.

Por outro lado, verifica-se que mesorregiões com sistemas econômicos tradicionais, como são os casos da mesorregião Serrana e Oeste, seguem sua trajetória histórica, tendo sido pouco afetadas pela conjuntura da década anterior. Assim, enquanto a primeira reduziu fortemente sua participação, a segunda aumentou. Este comportamento pode ser explicado pelas atividades econômicas em curso em ambos os casos, sendo que enquanto na primeira prevalece a agropecuária latifundiária e a atividade industrial do ramo do papel e celulose, na segunda observa-se uma forte diversificação da produção agrícola, mesmo que sob o domínio de um pequeno número de grandes conglomerados agroindustriais.

3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os primeiros anos do século XXI revelaram um conjunto de mudanças em relação ao final do século anterior. Em primeiro lugar, observa-se que a geração de postos formais de trabalho foi extremamente expressiva, com taxas anuais de crescimento muito superiores às taxas de crescimento da PEA ocupada. A consequência imediata disso foi a retomada da reestruturação do mercado de trabalho, invertendo a tendência do final dos anos de 1990. Com isso, chegou-se ao último ano da série considerada (2013) com mais de 60% da PEA ocupada tendo relações de trabalho formalizadas.

Em grande medida este aspecto está relacionado com o comportamento dos empregados que, sendo a maior categoria ocupacional do estado, lideraram o processo de expansão do emprego ao apresentar taxas de crescimento da ordem de 3,8% ao ano. Soma-se a isto o fato de que categorias ocupacionais que historicamente se mantinham pouco estruturadas apresentaram taxas de crescimento negativas durante o período considerado.

Em segundo lugar, consolidou-se uma tendência geral de concentração do emprego no setor terciário da economia, com destaque para a expansão do emprego formalizado em ramos de atividade que tradicionalmente tinham altas taxas de informalidade, como é o caso do comércio e de serviços em geral. Esta é uma alteração significativa em relação à década anterior, uma vez que agora o setor terciário expandiu

sua participação no conjunto do emprego do estado impulsionado pela geração de postos formais de trabalho. Este movimento foi importante, pois compensou a estabilidade de geração de emprego no setor secundário e a redução drástica da participação do setor primário, tanto no agregado como em termos restritos ao emprego formal.

Em terceiro lugar, deve-se registrar a forte presença das mulheres, especialmente no mercado formal de trabalho, considerando-se que o número de mulheres ocupadas com esse tipo de emprego cresceu acima da média estadual e acima da própria média masculina. Apesar disso, as mulheres ainda sofrem as consequências do processo discriminatório de renda ao exercer as mesmas funções dos homens, porém recebendo salários inferiores.

Em quarto lugar, observa-se que a geração de postos formais de trabalho foi puxada, em grande medida, pelos ramos da indústria de transformação, da construção civil, do comércio e dos serviços, sendo que a construção civil e o comércio apresentaram as maiores taxas de crescimento, ou seja, 9,04% e 6,91% ao ano, respectivamente. O que diferencia fortemente este movimento em relação ao período anterior é que agora a grande maioria desses empregos é formalizada, os trabalhadores encontram-se protegidos e o mercado de trabalho avança em seu processo de estruturação, rompendo com a perspectiva do período anterior.

Isto ficou visível quando se analisa a participação relativa das mesorregiões no cômputo geral do estado. Neste caso, destaca-se a mesorregião do Vale do Itajaí que, a despeito de ter sido fortemente afetada pela reestruturação produtiva da década passada, conseguiu reverter a tendência anteriormente mencionada e se constituir no principal pólo de geração de postos formais de trabalho em Santa Catarina, superando em quase um ponto percentual a média do estado.

Outro aspecto importante e que merece registro é a alteração que se conformou no mercado forma de trabalho em relação à escolaridade. Observou-se que ocorreu uma expressiva qualificação da mão-de-obra formal ao longo do período considerado, uma vez que a maioria dos PFT atualmente se situa nas faixas de escolaridade relativas ao ensino médio completo e ensino superior, tanto incompleto como completo. Isso pode estar indicando uma melhoria na qualificação do conjunto do mercado de trabalho no estado de Santa Catarina, dado os efeitos irradiadores desse processo sobre o comportamento dos agentes econômicos.

Este conjunto de informação revela claramente a inversão de uma tendência na primeira década do século XXI, reversão esta exercida, em grande medida, pelo novo comportamento do mercado formal de trabalho no estado. Todavia, deve-se reconhecer que apesar destas mudanças positivas, existem ainda alguns entraves para que Santa Catarina tenha um mercado de trabalho ainda melhor estruturado e sem discriminações de gênero e de rendimentos, principalmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, R. (1997). *Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Scritta, 232 p.

BALTAR, Paulo, KREIN, José Dari e MORETTO, Amilton. O emprego formal nos anos recentes. Carta Social e do Trabalho n.3. Campinas, jan/abril 2006.

BALTAR, Paulo. **Emprego, política de emprego e política econômica no Brasil**. Escritório da OIT no Brasil. 1 v. (Série Trabalho Decente no Brasil ; Documento de trabalho n.2). Brasília: OIT, 2010.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de M. Prefácio. In: MATTOSO, Jorge Eduardo Levi, OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de (org.). *Crise e Trabalho no Brasil: Modernidade ou volta ao passado?* 2 ed. São Paulo: Scritta, 1997, p. 9-19.

CARDOSO, José Álvaro de Lima. **Reestruturação produtiva e mudanças no mundo do trabalho: um olhar sobre os setores têxtil e alimentício em Santa Catarina**. Tubarão: Studium, 2004.

CARDOSO JR., José Celso. Crise e desregulação do Trabalho no Brasil. Texto para discussão IPEA. Brasília, ago. 2001.

CHAHAD, José Paulo Z. e PICCHETTI, Paulo (org.). Mercado de Trabalho no Brasil: padrões de comportamento e transformações institucionais. São Paulo: LTr, 2003.

COUTINHO, Luciano. A terceira revolução industrial e Tecnológica: as grandes tendências de mudança. **Revista Economia e Sociedade**, n.1, ago. 1992.

COUTINHO, Luciano. A fragilidade do Brasil em face da globalização. In: BAUMANN, Renato (org.). *O Brasil e a economia global*. Rio de Janeiro: Campus: SOBEET, 1996, p. 219-237.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE. **Emprego,**

desenvolvimento humano e trabalho decente: a experiência brasileira recente. Brasília: CEPAL/PNUD/OIT, 2008. 176 p. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/arquivos/arqui1220877382.zip>>.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. Racionalização econômica e heterogeneidade nas relações e nos mercados de trabalho no capitalismo avançado. In: MATTOSO, Jorge Eduardo Levi, OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de (org.). *Crise e Trabalho no Brasil: Modernidade ou volta ao passado?* 2 ed. São Paulo: Scritta, 1997, p. 55-79.

DIEESE-SC. Reestruturação produtiva e emprego na indústria de Santa Catarina. Florianópolis, dez. 1996. Estudo Especial.

FARAH JR., Moisés Francisco. A terceira Revolução Industrial e o novo paradigma produtivo: algumas considerações sobre o desenvolvimento industrial brasileiro nos anos 90. Revista FAE, Curitiba, v.3, n. 2, maio/ago 2000, p. 45-61.

GUJARATI, Damodar N. **Econometria Básica.** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2000.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre a modernidade, São Paulo: Ed. Loyola, 1992. In: ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?**:ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4.ed. Campinas, SP. Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Políticas públicas de emprego, trabalho e renda no Brasil. In:Brasil: o estado de uma nação. **Mercado de trabalho, emprego e informalidade.**2006a.cap. 7. p.401. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/estadonacao2006/cap7_politicas.pdf>.

LINS, Hoyêdo Nunes; MATTEI, L. A socioeconomia catarinense no limiar do século XXI. Florianópolis: Departamento de Ciências Econômicas/UFSC, 2001. 33p. (Texto para discussão, nº 08).

LINS, Hoyêdo Nunes. Reestruturação Produtiva e Impactos Sócio-Espaciais. Florianópolis: Departamento de Ciências Econômicas / UFSC, Abril de 1998, 20p. (Texto para discussão, nº 04/98).

MATTEI, Lauro Francisco. A globalização econômica como fator de exclusão social. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 7, n.1, jan/jun 2004, p. 57-68.

MATTEI, Lauro F. ; Niederle, Sidnei ; PELED, R. ; LAVRATTI, B. B. . **Evolução do mercado formal de trabalho no estado de Santa Catarina na primeira década do século XXI.** Anais do 6 Encontro de Economia Catarinense. Criciúma: APEC, 2012.

MATTOSO, J.E.L. Transformações econômicas recentes e mudanças no mundo do trabalho. In: OLIVEIRA, Marco Antonio de (Org.). *Economia e trabalho:* textos básicos. São Paulo: UNICAMP. IE, 1998. p. 61-77.

OLIVEIRA, C. A. B. Formação do mercado de trabalho no Brasil. In.: OLIVEIRA, Marco Antonio de (Org.). *Economia e trabalho:* textos básicos. São Paulo: UNICAMP. IE, 1998. p. 113-126.

PEREIRA, J.M. Desemprego e flexibilização do emprego. Indicadores Econômicos FEE. V. 26 n.3 Porto Alegre, RS, 1998

POCHMANN, Marcio. O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 2002.

POCHMANN, Marcio. **A década dos mitos**. São Paulo: Contexto, 2001.

POCHMANN, Marcio. Perspectivas das relações de trabalho no Brasil no começo do século 21. In: CACCIAMALI, Maria Cristina; RIBEIRO, Rosana; MACAMBIRA, Júnior; Org.(s). **Século 21**: transformações e continuidade nas relações de trabalho. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, Banco do Nordeste do Brasil, Universidade de São Paulo, 2011.

PRONI, Marcelo W.; ROCHA, Thaíssa T. A OIT e a promoção do trabalho decente no Brasil. **Revista da ABET**, Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, vol. IX, n. 1, jan-jun, 2010.

PRONI, Marcelo W. Trabalho decente e vulnerabilidade ocupacional no Brasil. **IE/UNICAMP**. n.188, 2011, p. 22.

SAMPAIO JUNIOR, Plínio de Arruda. Crise e políticas de ajuste nos países capitalistas avançados. In: OLIVEIRA, Marco Antonio de (Org.). *Economia e trabalho*: textos básicos. São Paulo: UNICAMP. IE, 1998. p. 21-34.